

# Como Timor-Leste utiliza o processo do Plano Nacional de Adaptação (PNA) para fortalecer sua Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE)

Resumo de País

## 1. Introdução

O fomento à adoção de estratégias de Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE) –um tipo de Solução Baseada na Natureza (SbN) – tem crescido globalmente. Nos países em desenvolvimento, em particular, a AbE oferece uma metodologia de adaptação que fortalece tanto a resiliência dos ecossistemas e como a dos meios de subsistência – que estão intimamente interligados e enfrentam sérias ameaças impostas pelas mudanças climáticas. Para governos nacionais que buscam ampliar a adoção da AbE, o processo do Plano Nacional de Adaptação (PNA) pode ser um mecanismo eficaz e propulsor para sua integração e ampliação (Terton & Greenwalt, 2020).

Timor-Leste apresentou seu primeiro documento do PNA à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), em 31 de março de 2021. O PNA de Timor-Leste reconhece a AbE como elemento fundamental no apoio a uma abordagem sistêmica em relação à adaptação climática, às reduções dos riscos de desastres, e à paz e prosperidade no longo prazo. Consequentemente, Timor-Leste identificou a AbE como princípio orientador de seu processo de PNA, vinculando a proteção dos ecossistemas à ação climática.

Este estudo de caso discute como o governo de Timor-Leste aproveitou-se dessa oportunidade. Também compartilha lições para outros países que pretendem usar o processo do PNA para integrar e implementar a AbE.



Foto: iStock.

### Quadro 1. O que são AbE e SbN?

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) define **Adaptação Baseada em Ecossistemas (AbE)** como “o uso da biodiversidade e de serviços de ecossistemas como parte de uma estratégia de adaptação integral para ajudar as pessoas a adaptarem-se aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Têm como objetivos manter e aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade tanto dos ecossistemas e como das pessoas ante os efeitos adversos das mudanças climáticas” (CDB, 2009).

**Soluções Baseadas na Natureza (SbN)** conformam um conceito abrangente para várias abordagens relacionadas aos ecossistemas. Compreende ações para proteger, manejar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados, de modo a lidar com os possíveis desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, assegurando benefícios para o bem-estar humano e a biodiversidade (Cohen-Shacham et al., 2016). A AbE representa apenas uma abordagem sob o conceito geral de SbN. Isto significa que todas as soluções de AbE são SbN, mas nem todas as SbN são AbE.

## 2. Panorama do processo do PNA em Timor-Leste

Situado no sudeste da Ásia, Timor-Leste é classificado tanto como um “pequeno estado insular em desenvolvimento” como um “país menos desenvolvido” (cuja sigla em inglês é LDC). A sua população total é de aproximadamente 1,2 milhão de habitantes e o país tem uma das maiores taxas de crescimento populacional do Sudeste Asiático. Como um LDC, Timor-Leste teve uma renda anual per capita de aproximadamente USD 1.299 em 2019. É o mais novo país da Ásia, tendo conquistado independência em 2002, após décadas de instabilidade social e conflitos. Suas políticas sociais e econômicas têm-se concentrado principalmente na reconstrução nacional pós-conflito, na redução da pobreza e na resposta às necessidades das comunidades mais vulneráveis (Governo de Timor-Leste, 2021; Fundo Verde para o Clima, 2019).

Timor-Leste é altamente vulnerável às mudanças climáticas devido à sua localização geográfica, suas regiões costeiras densamente povoadas, sua comunidade majoritariamente agrária, e pela grande dependência de recursos naturais para os seus principais setores econômicos - inclusive turismo e pesca. Em função da precariedade de sua infraestrutura, resultado dos conflitos

político-sociais das últimas décadas, Timor-Leste enfrenta desafios de segurança alimentar e hídrica, sendo particularmente vulnerável aos eventos climáticos extremos e ao aumento do nível do mar. As mudanças climáticas, assim como seus impactos nas comunidades e ecossistemas, representam grandes obstáculos para Timor-Leste em seu processo de reconstrução pós-conflito e na implementação do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011–2030 (Governo de Timor-Leste, 2021).

Para cumprir compromissos internacionais e responder à necessidade urgente de se adaptar aos impactos climáticos, Timor-Leste iniciou o seu processo do PNA em 27 de setembro de 2019, com o apoio conjunto do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, na sigla em inglês) e do Programa de Apoio Global do Plano de Adaptação Nacional das Nações Unidas (NAP–GSP, na sigla em inglês). A Direção Nacional para as Alterações Climáticas é a agência responsável pelo processo do PNA em Timor-Leste.

O primeiro passo no processo do PNA em Timor-Leste foi a análise dos programas e projetos de trabalho de adaptação já existentes, a fim de avaliar o nível de implementação e os resultados de então, e também para compreender as necessidades futuras de adaptação (Governo



Foto: iStock.

de Timor-Leste, 2021)<sup>1</sup>. Isso auxiliou a Direção Nacional para as Alterações Climáticas a aferir os esforços de adaptação existentes sob a égide do processo do PNA para, desta forma, maximizar as sinergias e evitar duplicações.

Outro passo importante no processo do PNA em Timor-Leste foi a realização de avaliações da vulnerabilidade local por meio de observações de campo e consultas junto às aldeias mais vulneráveis sobre os impactos das mudanças climáticas, especialmente naquelas situadas na parte ocidental do país (PNUD, 2021). A Direção Nacional para as Alterações Climáticas também realizou, entre março e junho de 2020, oficinas de consulta nacional chamadas “PNA Aberto” com parceiros de diferentes ministérios, agências e setores, além do Grupo de Peritos dos LDC. Nesta oficina, a Direção Nacional para as Alterações Climáticas solicitou contribuições e ideias sobre como vincular o PNA ao Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011–2030, além de construir os processos

necessários para implementá-lo (Governo de Timor-Leste, 2021). Um dos principais resultados destas reuniões foi o desenvolvimento de 14 princípios de reforço mútuo orientadores para o PNA (ver Quadro 2).

Estes princípios demonstram o compromisso de Timor-Leste em fomentar a resiliência social e ambiental e alavancar o processo do PNA para a construção de um futuro mais sustentável. Estes princípios foram usados no desenvolvimento geral do PNA e serão integrados nas diferentes políticas e programas de trabalho decorrentes do plano. Uma estrutura de monitoramento, avaliação, relatório e aprendizagem (MARA) será desenvolvida até 2022 (Governo de Timor-Leste, 2021; PNUD, 2021).

O PNA de Timor-Leste foi ratificado em setembro de 2020 e apresentado à Central de PNA da UNFCCC em março de 2021. O plano começou a ser implementado no início de 2021.

---

<sup>1</sup> O processo de PNA em Timor-Leste foi concebido para se alinhar com os programas e políticas climáticas existentes, tais como os Programas de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA) de Timor-Leste, a sua contribuição pretendida nacionalmente determinada (INDC, na sigla em inglês), as futuras futuras contribuições nacionalmente determinadas (NDC, na sigla em inglês) e o programa nacional do Fundo Verde para o Clima.

## Quadro 2. Visão geral do PNA de Timor-Leste

- Liderado pela Direção Nacional para as Alterações Climáticas.
- 107 ações de adaptação.
- Cronograma de 10 anos (2020–2030).
- Sete programas prioritários: capacitação em gestão de riscos; resposta às necessidades das comunidades vulneráveis; redução do risco de desastres costeiros com base no ecossistema; gestão eficaz dos recursos hídricos; gestão sustentável da terra; melhoria dos serviços de saúde pública; meios de subsistência resilientes ao clima.
- Sete setores prioritários: infraestrutura; biodiversidade e ecossistemas; saúde; agricultura; água; redução do risco de desastres; turismo.
- 14 princípios orientadores do PNA:
  1. Propriedade nacional.
  2. Abordagens demográficas, de gênero e de inclusão social.
  3. Ações climáticas apropriadas em nível nacional.
  4. Desenvolvimento sustentável do capital humano.
  5. Envolvimento da juventude.
  6. Orientação para o governo como um todo.
  7. Nexo entre as prioridades de desenvolvimento da nação e as políticas de crescimento de baixo carbono.
  8. Integração de abordagens climáticas, de resiliência e de meios de subsistência.
  9. Planejamento e orçamento sensíveis ao clima.
  10. Abordagem de adaptação baseada na comunidade.
  11. Abordagem de adaptação baseada nos ecossistemas.
  12. Inovação.
  13. Sensibilidade aos conflitos e à coesão social.
  14. Transferência e adoção da tecnologia adequada.

### 3. AbE no processo do PNA de Timor-Leste

O PNA de Timor-Leste identifica a AbE como um dos 14 princípios orientadores que sustentam o processo de PNA e suas estratégias de adaptação futuras, a fim de “maximizar os co-benefícios entre os esforços de adaptação e a proteção ambiental” (Governo de Timor-Leste, 2021). O documento do PNA enfatiza a importância dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como seu papel integral nos meios de subsistência e na resiliência das comunidades.

O PNA de Timor-Leste demonstra como atribuir um papel central aos ecossistemas e à AbE no planejamento da adaptação com vistas à produção de resultados positivos no longo prazo tanto para a adaptação climática como para a resiliência dos ecossistemas, contribuindo para o desenvolvimento pós-conflito e a consolidação da paz. Para ilustrar a experiência de Timor-Leste na integração da AbE, a seção a seguir identifica as ações práticas tomadas por Timor-Leste com base nos oito princípios orientadores delineados na nota de orientação da [Rede Global de PNA sobre a maximização da AbE por meio dos processos do PNA](#) (Terton & Greenwalt, 2020).

#### Princípio orientador 1: Enfatizar o papel dos ecossistemas na redução da vulnerabilidade das pessoas, de seus meios de subsistência e no desenvolvimento socioeconômico.

- O PNA de **Timor-Leste coloca a AbE como central no objetivo de construir “uma trajetória de desenvolvimento resiliente ao clima para o país e para o seu povo”** (Governo de Timor-

Leste, 2021, p.1). A AbE foi identificada como essencial na vinculação entre a resiliência climática e o desenvolvimento socioeconômico, melhorando a subsistência rural e a segurança alimentar, e também salvaguardando a provisão de serviços ecossistêmicos para os grupos mais vulneráveis.

- O PNA enfatiza o papel dos ecossistemas na redução do risco de desastres em áreas costeiras e em recifes de coral para proteger a infraestrutura costeira e a subsistência das comunidades que dependem da pesca sustentável.

#### Princípio orientador 2: Adotar abordagens ecossistêmicas para a avaliação de vulnerabilidades e riscos usando o melhor da ciência corrente, bem como conhecimentos indígenas e tradicionais.

- O PNA descreve em detalhe os impactos atuais e previstos das mudanças climáticas nos ecossistemas, na biodiversidade e nas comunidades que dependem dos recursos naturais. A informação é **baseada em avaliações de vulnerabilidades realizadas a vários níveis de governança**, incluindo avaliações de vulnerabilidades integradas ao nível das aldeias e a avaliação nacional de vulnerabilidades para a Segunda Comunicação Nacional.<sup>2</sup> Além disso, avaliações setoriais de vulnerabilidades foram conduzidas para os ecossistemas costeiros e para recifes de coral (financiadas pelo PNUD e pelo Fundo para o Meio Ambiente Global).

<sup>2</sup> Uma Comunicação Nacional (CN) é um relatório que cada membro da UNFCCC prepara periodicamente para apresentar seu inventário nacional de emissões antrópicas por fonte, e remoções por fonte, de todos os gases do efeito estufa, bem como as medidas planejadas ou tomadas para implementar a UNFCCC domesticamente (UNFCCC, 2009). Timor-Leste apresentou a sua Segunda Comunicação Nacional a 17 de novembro de 2020.

- Estas avaliações de vulnerabilidades enfatizaram que a “natureza intersetorial, a diversidade, a complexidade e a riqueza da proteção e da gestão costeira impõem a necessidade de uma abordagem integrada,” além de ter servido como uma ferramenta crucial para orientar as decisões e as ações de AbE (Pacific Islands Fisheries Science Center, 2017; PNUD, 2018).

### Princípio orientador 3: Adotar uma abordagem integrada que considere os ecossistemas em todos os setores no processo do PNA.

- O PNA de Timor-Leste priorizou a AbE como um princípio orientador **para a sua implementação, permitindo uma abordagem integrada para o planejamento da adaptação e a coordenação intersetorial para “maximizar sinergias entre conservação ambiental e esforços de reabilitação e o processo do PNA”** (Governo de Timor-Leste, 2021, pág. 15).
- O PNA destaca a importância de adotar “uma abordagem sistêmica para a adaptação relativa ao capital natural” para construir a resiliência da biodiversidade e dos recursos ecossistêmicos e “incorporar a adaptação baseada em ecossistemas no planejamento e nas estruturas regulatórias” (Governo de Timor-Leste, 2021, pp. 3, 50).
- O PNA abrange todos os ecossistemas naturais presentes em Timor-Leste para a implementação de abordagens de AbE. Isto inclui as cinco zonas ecológicas do país: marinha e costeira; planície árida; montanhas; planícies altas; e pântanos e lagos.

### Princípio orientador 4: Adotar uma abordagem alinhada às políticas globais, considerando sinergias com outros compromissos internacionais relevantes para os quais as soluções de AbE contribuem.

- O PNA **de Timor-Leste estabeleceu conexões claras entre a adaptação no âmbito do processo do PNA** e os esforços de mitigação e proteção da biodiversidade do país. Um componente robusto em termos de ecossistema e AbE no PNA ajuda Timor-Leste a identificar sinergias com outras convenções internacionais e a implementar uma abordagem melhor coordenada para alcançar vários compromissos nacionais e internacionais, incluindo o Acordo de Paris, o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 (ODS).
- O PNA também procurou **criar um mecanismo de coordenação entre os esforços de adaptação (incluindo a integração de AbE) e os programas de trabalho relevantes no âmbito da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) e o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres**. Esta coordenação garante uma abordagem holística nos níveis técnico e político entre as agências relevantes e envolve diferentes atores da sociedade civil na exploração de meios sinérgicos de implementação.



Foto: iStock.

**Princípio orientador 5: Valer-se da natureza participativa e inclusiva inerente ao processo do PNA para conceber as soluções de AbE mais adequadas e eficazes.**

- O PNA de Timor-Leste adota **uma abordagem de adaptação participativa e inclusiva por meio de ações baseadas na comunidade, um forte envolvimento dos jovens, além de fortes considerações demográficas, de gênero e de inclusão social**. Esta abordagem garante a transparência na implementação de soluções de AbE, bem como a adesão de vários atores relevantes, ao identificar metas de adaptação a longo prazo e implementar “abordagens centradas na comunidade e orientadas pela comunidade em que as próprias comunidades têm poder para desenvolver a sua capacidade adaptativa e melhorar os mecanismos de adaptação” ( Governo de Timor-Leste, 2021, p. 3).
- O PNA **coloca os costumes tradicionais do Tarabandu no centro do seu engajamento local e da sua estratégia de implementação**. Este conceito funciona como ponto de entrada para “fortalecer o engajamento e o envolvimento das comunidades locais nos esforços de construção de resiliência,” especialmente para que sejam compreendidos os co-benefícios das medidas de AbE (ver Quadro 3) (Governo de Timor-Leste, 2021, p. 21 ).
- Um forte componente de análise com base no gênero foi incorporado ao PNA para tratar dos impactos diferenciais das mudanças climáticas e da integração do gênero nas medidas de AbE de Timor-Leste. Além disso, o PNA estabeleceu um ponto focal sobre gênero e mudança climática para garantir a capacidade de resposta de gênero no processo de PNA.

### Quadro 3. Implementação do PNA: AbE comunitário através do *Tarabandu*

*Tarabandu* é um costume tradicional de regras que contribui para a paz e reconciliação no nível subnacional por meio de acordos públicos, mediação e consenso social. Desde a independência do país, o *Tarabandu* tem contribuído para a construção e reconciliação da nação de Timor-Leste “prevenindo conflitos comunitários, protegendo o ambiente, gerindo recursos naturais e melhorando o bem-estar da comunidade” (Governo de Timor-Leste, 2021, p. 20). A prática tradicional é usada para “regular uma série de relações sociais e ambientais” ao nível das aldeias ou das subaldeias, onde as comunidades se reúnem para realizar rituais, consultas e negociações sobre vários regulamentos locais, incluindo aqueles relacionados com a colheita agrícola, a conservação ambiental e a alocação de recursos (Ide et al., 2021). Em seguida, uma equipa composta por líderes rituais e membros da comunidade garante o cumprimento dessas regras e regulamentos por meio de multas materiais ou de outras punições acordadas em conjunto.

O PNA de Timor-Leste identificou o *Tarabandu* como um importante ponto de entrada para as comunidades locais para “planejar e implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas adequadas para os locais”, incluindo ações de AbE que fornecem co-benefícios para uma agricultura sustentável e a melhoria dos serviços ecossistêmicos que contribuem para os meios de subsistência locais e o bem-estar das comunidades (Governo de Timor-Leste, 2021, p. 21). O PNA prioriza a integração de informações de risco climático em abordagens tradicionais de gestão de risco de desastres e conta com o *Tarabandu* e outros conhecimentos tradicionais para influenciar as tomadas de decisões referentes à adaptação. As comunidades locais usam o *Tarabandu* para conduzir um processo de consulta inclusivo e participativo, e também para implementar regras comunitárias que procuram efetivar medidas de AbE, ao mesmo tempo que protegem os ecossistemas locais e a biodiversidade (Ide et al., 2021). Com o *Tarabandu*, as ações de AbE de Timor-Leste procuram “unir as pessoas, garantindo que todos os grupos nas comunidades-alvo sejam incluídos para manter e melhorar ainda mais os esforços existentes para fortalecer a coesão social” e promover uma paz sensível ao clima a longo prazo, bem como a prosperidade (Governo de Timor-Leste, 2021, p. 3).



Foto: iStock.

## Princípio orientador 6: Usar o processo do PNA para envolver os governos subnacionais e locais na concepção e implementação de soluções regionais e locais de AbE.

- Uma AbE eficaz contribui para a **colaboração entre vários níveis de governo e instituições**. O PNA de Timor-Leste reconhece a natureza localizada da adaptação e o papel crítico dos atores subnacionais e dos governos locais no planejamento e na implementação de medidas em nível local de AbE.
- O PNA serve como um dos mecanismos que irá ajudar a “**fortalecer a coordenação vertical e a integração subnacional em alinhamento com a trajetória de descentralização de Timor-Leste**”, para aumentar gradualmente a capacidade e a prestação de contas dos governos locais e melhorar a coordenação entre as agências nacionais e as suas contratantes municipais em relação à adaptação e à implementação da AbE (Governo de Timor-Leste, 2021, p. 61).

## Princípio orientador 7: Adotar uma abordagem de longo prazo e garantir recursos suficientes para a implementação de soluções de AbE.

- O documento do PNA de Timor-Leste enfatiza a **necessidade de apoiar o desenvolvimento da capacidade humana e institucional de longo prazo para a implementação de programas de adaptação**, incluindo projetos de AbE. Ele ressalta o desenvolvimento da capacidade das comunidades locais (especialmente dos grupos mais vulneráveis) no uso de infraestruturas naturais e tradicionais (“cinzentas”) para gerir os riscos climáticos e gerar conhecimentos e dados para apoiar o planejamento da adaptação regional e a redução do risco de desastres.

- O PNA também reconhece que **um financiamento adequado, sustentável e de longo prazo é crucial para a implementação dos projetos do PNA e de AbE**. O PNA descreve os acordos institucionais domésticos que visam garantir um orçamento consciente em relação ao clima para a implementação de ações de adaptação. Além disso, será desenvolvido num futuro próximo um plano de financiamento abrangente para apoiar a implementação do PNA, considerando tanto o financiamento doméstico como o financiamento internacional para as ações de adaptação.
- Timor-Leste reconhece **o importante papel do setor privado no apoio à implementação do PNA**. Isto inclui o apoio para a integração de uma agricultura inteligente para o clima, bem como técnicas de aquicultura e maricultura, trabalhando com o setor privado para desenvolver um plano de financiamento e custeio do PNA até 2022.

## Princípio orientador 8: Assegurar a responsabilidade e o desempenho a partir da constuição de uma base de evidências para soluções de AbE como parte de um sistema geral de monitoramento e avaliação (M&A) do PNA.

- O PNA reconhece que a falta de observação contínua e de redes de monitoramento representam uma barreira para a construção de uma base de evidências voltadas às ações de adaptação, incluindo a AbE. A equipa do PNA procurará **estabelecer uma estrutura nacional de monitoramento, avaliação, relatório e aprendizagem (MARA) em 2022**, além de desenvolver indicadores e metas específicos para cada setor, incluindo o setor de biodiversidade e ecossistemas, para rastrear o progresso e garantir a prestação de contas.

## 4. Lições aprendidas

A abordagem de Timor-Leste relativa à AbE no processo do PNA oferece importantes oportunidades e aprendizagens para outros profissionais e equipas do PNA, incluindo:

- **O processo do PNA de Timor-Leste coloca as pessoas no centro do planeamento da adaptação e estabelece um mandato importante de integração da AbE para proteger os meios de subsistência e os ecossistemas.** O PNA reconhece a importância de ecossistemas saudáveis e a dependência das comunidades locais dos serviços ecossistêmicos. O PNA identifica a AbE como um princípio orientador ao longo das suas diferentes fases (planeamento, implementação e MARA) para fortalecer a resiliência das comunidades e proteger sua população mais vulnerável. O documento do PNA também coloca este princípio ao lado de uma forte abordagem de gênero e baseada em direitos para o planeamento e implementação da adaptação, demonstrando o compromisso de Timor-Leste com um processo de PNA socialmente inclusivo e participativo.
- **O documento do PNA de Timor-Leste relaciona os objetivos de adaptação climática com as metas de biodiversidade e proteção dos ecossistemas.** Isto é feito pelo reconhecimento da vulnerabilidade dos seus ecossistemas e da biodiversidade devido às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que projeta sinergias claras entre a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade e o próprio PNA. Desta forma, ele facilita a integração de considerações sobre a conservação de ecossistemas no planeamento de adaptação climática (e vice-versa).
- **A experiência de Timor-Leste mostra que a AbE implementada em conjunto com práticas dos povos indígenas e tradicionais pode produzir resultados positivos para a adaptação, bem como para a construção da paz e reconciliação pós-conflitos.** A integração das regras tradicionais ao PNA permite a participação direta das comunidades locais na realização das atividades de AbE. A governança indígena e tradicional fornece um ponto de entrada crítico para garantir o envolvimento, a consulta e a implementação comunitária de forma inclusiva, culturalmente sensível e eficaz, especialmente em regiões pós-conflito.
- **O documento do PNA de Timor-Leste acentua a urgência de construir capacidade institucional e humana para melhor realizar ações eficazes de AbE.** O fortalecimento dos capacidades das comunidades locais e das diferentes atores é uma meta dentro de um processo contínuo do PNA, que adota uma visão de longo prazo para a construção de resiliência e proteção do ecossistema por meio da AbE. São identificados pontos focais setoriais para guiar as implementações das ações de adaptação e facilitar os esforços de desenvolvimento das capacidades. São definidos orçamentos específicos para o desenvolvimento de capacidades.
- **O Governo de Timor-Leste, por meio do seu processo de PNA, está a integrar a adaptação e as considerações dos ecossistemas no seu plano de desenvolvimento estratégico e nas prioridades de construção nacional pós-conflito para apoiar uma economia resiliente e sustentável.** O foco do PNA na integração da AbE ajuda a vincular a construção da resiliência e a proteção do ecossistema com as prioridades de desenvolvimento econômico e social, tal como o desenvolvimento de infraestruturas verdes, a construção de uma economia resiliente e o aumento da coesão social. O PNA está alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do país para 2011–2030, fornecendo uma ligação clara entre a AbE e a erradicação da pobreza, bem como com os objetivos de desenvolvimento econômico. Também estabelece mandatos para a coordenação de alto nível e colaborações sinérgicas com todas as atores interessados relevantes.



Foto: iStock.

## Referências

Cohen-Shacham, E., Walters, G., Janzen, C., & Maginnis, S. (Eds.) (2016). *Nature-based solutions to address global societal challenges*. International Union for Conservation of Nature. <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.CH.2016.13.en>

Convenção sobre Diversidade Biológica. (2009). *Connecting biodiversity and climate change mitigation and adaptation: Key messages from the Report of the Second Ad Hoc Technical Expert Group on Biodiversity and Climate Change*. Secretariado do CDB. <https://www.cbd.int/doc/publications/ahteg-brochure-en.pdf>

Governo de Timor-Leste (2021). *Plano de Adaptação Nacional de Timor-Leste: Lidando com os riscos climáticos e criando resiliência climática*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos. <https://www4.unfccc.int/sites/NAPC/Documents/Parties/Timor%20Leste%20NAP.pdf>

Fundo Verde para o Clima. (2019). *Programa nacional: República Democrática de Timor-Leste*. Documentação do Fundo Verde para o Clima. <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/timor-leste-country-programme.pdf>

Ide, T., Palmer, LR, & Barnett, J. (2021). *Environmental peacebuilding from below: Customary approaches in Timor-Leste*. *International Affairs*, 97(1), 103–117. <https://www.doi.org/10.1093/ia/iiaa059>

Pacific Islands Fisheries Science Center. (2017). *Interdisciplinary baseline ecosystem assessment surveys to inform ecosystem-based management planning in Timor-Leste*. National Oceanic and Atmospheric Administration. [https://www.coris.noaa.gov/activities/projects/timor-leste/tl\\_library.html](https://www.coris.noaa.gov/activities/projects/timor-leste/tl_library.html)

Terton, A., & Greenwalt, J. (2021). *Building resilience with nature: Maximizing ecosystem-based adaptation through National Adaptation Plan processes*. Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. <https://napglobalnetwork.org/wp-content/uploads/2021/01/napgn-en-2021-guidance-note-building-resilience-with-nature-maximizing-eba-nap.pdf>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2018). *National coastal vulnerability assessment and designing of integrated coastal management and adaptation strategic plan for Timor-Leste*. PNUD Timor-Leste. [https://www.tl.undp.org/content/timor\\_lesste/en/home/library/resilience/national-coastal-vulnerability-assessment-and-designing-of-integ.html](https://www.tl.undp.org/content/timor_lesste/en/home/library/resilience/national-coastal-vulnerability-assessment-and-designing-of-integ.html)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2021). *Timor-Leste submits its National Adaptation Plan to the UNFCCC*. PNUD Timor-Leste. <https://www.adaptation-undp.org/timor-lesste-submits-its-nap-to-the-unfccc>

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. (2009). *UNFCCC resource guide for preparing the national communications of non-Annex I parties*. [https://unfccc.int/resource/docs/publications/09\\_resource\\_guide1.pdf](https://unfccc.int/resource/docs/publications/09_resource_guide1.pdf)

---

Este Resumo de País é um produto do Projeto de Apoio à Implementação do Acordo de Paris (SPA), financiado pelo Ministério Federal Alemão para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU, na sigla em alemão), sob a sua Iniciativa Climática Internacional. Foi produzido em conjunto pelo IISD e pelo Projeto GIZ SPA.

Supported by:



Federal Ministry  
for the Environment, Nature Conservation  
and Nuclear Safety

based on a decision of the German Bundestag

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

NAP Secretariat hosted by:  
Secrétariat hébergé par :



## Sobre a Rede Global PNA

A Rede Global PNA (NAP Global Network) foi criada em 2014 para apoiar os países em desenvolvimento no avanço dos seus processos do PNA, para ajudar a acelerar os esforços de adaptação em todo o mundo. Para esse fim, a rede facilita a aprendizagem e o intercâmbio entre países do hemisfério sul, apoia ações a nível nacional para o desenvolvimento e a implementação do PNA e desenvolve análises, comunicações e produtos de conhecimento. O apoio financeiro é fornecido pela Áustria, Canadá, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. O Secretariado fica sediado no Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD).

Para obter mais informações, visite [www.napglobalnetwork.org](http://www.napglobalnetwork.org).



[www.napglobalnetwork.org](http://www.napglobalnetwork.org)

[info@napglobalnetwork.org](mailto:info@napglobalnetwork.org)

[@NAP\\_Network](https://twitter.com/NAP_Network)

[@NAPGlobalNetwork](https://www.facebook.com/NAPGlobalNetwork)